

Globalização e seus impactos nas Micro e Pequenas Empresas - MPEs

Marcos Tanure Sanabio 1

Marcus Vinicius David 1

mtanure.sanabio@ufjf.edu.br

marcus.david@ufjf.edu.br

1Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Este artigo objetiva discutir os efeitos da globalização nas micro e pequenas empresas – MPEs. Partindo de uma análise reflexiva dos conceitos de globalização, sem firmar posição do seu significado, enfatiza que o fenômeno social se caracteriza por aspectos econômicos, mas trás em seu bojo consistentes discussões de cunho histórico, institucional e cultural. Faz, ainda, uma incursão sobre globalização financeira, demonstrando dois momentos marcantes, sendo: o primeiro ocorrido entre 1870 a 1914 e o segundo a partir de 1970. Demonstra, de forma objetiva a importância das MPEs recorrendo as pesquisas do Global Entrepreneurship Monitor – GEM. Finalizado pela discussão dos benefícios e malefícios da globalização para com as MPEs.

Palavras-chave: Globalização, Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo.

1. INTRODUÇÃO

Na literatura contemporânea, em órgãos governamentais e não-governamentais, nos meios empresariais, acadêmicos e culturais são travados intensos debates sobre a globalização a partir das décadas de 1980 e 1990. No que pese estes debates, tem-se demonstrado que não há consenso quanto ao seu conceito ou da forma de sua análise. Sobre este último tema, alguns analistas ressaltam os atributos positivos do processo de globalização e seus benefícios de interligar as diversas partes do mundo. Porém, outros analistas objetivam apontar os fatos que evidenciam as mudanças mundiais para globalização. Ainda, outros tantos discutem o quanto existe de novo neste processo e como podem ser analisados como algo diferenciado na história recente da humanidade (Rochman, 2003)

Romero (2004), também demonstra que as análises do processo de globalização evidenciam uma extensa formulação de idéias, algumas em defesa da globalização, como oportunidade única de crescimento dos países. Outros que rechaçam estas vantagens competitivas para os países, principalmente, daqueles em processo de desenvolvimento, diante da presente divisão internacional do trabalho. Finalmente, aqueles que tentam conciliar as posições extremadas de ambas as partes, analisando os pontos positivos e negativos da questão, a partir da correlação de forças econômicas e políticas internacionais e das transformações estruturais impostas aos países em processo de desenvolvimento. Entre os críticos da globalização, destaca-se Stiglitz (2002), que pela sua importância acadêmica na melhor tradição do *mainstream* norte-americano, como assessor do Governo de Clinton e economista-chefe do Banco Mundial de 1997-2000, afirmando que a geração e implementação de políticas econômicas diferenciadas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, não contribuem para construção de uma ordem econômica justa, nem para um mundo sem conflitos.

Pela complexidade da globalização torna-se fundamental um estudo amplo do fenômeno, sob pena da sua banalização, ou mesmo para evitar posições do tipo: a

globalização é boa ou ruim. Para tanto, algumas questões necessitam serem investigadas, como: qual os possíveis conceitos da globalização?; Existe algum consenso conceitual?; A globalização é um fenômeno recente ou historicamente formatado?; Trata-se um movimento homogeneizado ou de aplicação múltipla com resultados diferenciados?; Quais os seus principais aspectos e os agentes envolvidos?

Desta forma, a questão da globalização será aqui abordada em caráter introdutório a partir de três aspectos principais, sendo: a discussão dos seus conceitos; globalização financeira; e as suas relações com as MPEs.

2. CONCEITOS DE GLOBALIZAÇÃO

Ao tentar conceituar a globalização não se pretende aqui fixar uma posição quanto ao seu significado. Mas, pelo contrário, apresentar um elenco de argumentações exposto na literatura dentro de uma perspectiva reflexiva.

Uma definição inicial é apresentada por Evans e Newnham (1998)¹ apud Rochman, (2003), determinando que a globalização é um processo em que os Estados são dissolvidos e são estruturadas relações de diferentes atores em um contexto global, que necessariamente não são internacionais. A conceituação propõe uma alternativa nas relações internacionais, quando da existência de atores e ações que ultrapassam os Estados locais e nacionais.

A globalização pode ser entendida como um processo que o espaço mundial adquire unidade (Magnoli, 1997). A associação do conceito aos aspectos da internacionalização econômica, central e consensual entre os analistas, traçasse uma relação do processo histórico das atividades econômicas e globalização, que se iniciaram a partir de 1700 (Thompson, 1998).

Magnoli (1997) reforça os vínculos entre globalização e internacionalização econômica, afirmando que a gênese do processo deu-se nos séculos XV e XVI, quando das navegações européias para África, além das rotas comerciais e colonização mundial promovidos por Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra.

A vinculação entre a globalização e o capitalismo é evidenciada pelos modelos de produção internacional, proporcionando uma ultrapassagem das fronteiras geográficas, sociais e culturais. A evolução do capitalismo, inicial acumulativo, deriva para processos de produção multinacional e transnacional, para uma produção global no século XX (Ianni, 1995).

Vieira (2000) associa as posições entre a globalização e o capitalismo, ao explicar que a década de 80 determina uma revolução estrutural do mundo empresarial, sustentada pela introdução da informática e das comunicações na descentralização espacial dos processos de produção. Ainda, o sistema financeiro internacional é renovado, inicia-se um processo de privatizações em países centrais, flexibilização dos mercados e incentivo e elevação da concorrência internacional.

Continua o autor, a globalização é amplamente difundida pela visão neoliberal do século XX, tratando-se de um constrangimento externo econômico, não uma questão de decisão política, pois o Estado-nação tem pouca autônoma frente às liberdades do capital internacional, exigindo desregulamentação, diminuição dos gastos com programas sociais, diminuição dos impostos, entre outros fatores. A proposta neoliberal foca os processos produtivos, deixando de lados os conceitos do bem-estar social e políticas sociais, ao

¹ EVANS, G. e NEWNHAM, J. Dictionary of International Relations. Londres: Penguin Books, 1998

aceitarem níveis maiores de desemprego e redução da carga tributária para grandes empresas e rendas.

O fator externo da globalização com fator impositivo para o Estado-nação é contestado por Hirst e Thompson (2000). Para os autores configura-se em um mito, pois as empresas genuinamente transnacionais são raras, considerando que em sua maioria tem base nacional e comercializam no âmbito internacional. Ainda, a mobilidade do capital internacional não tem alterado o desequilíbrio e concentração financeira entre os países centrais e periféricos. Os investimentos, comércio e fluxos financeiros são concentrados no EUA, Europa Ocidental e Japão.

A concretização da globalização como fenômeno social é argumentado por Smith e Baylis (1999), sendo: a) as transformações econômicas geram uma realidade política irrefutável, pois retiram dos Estados o controle e gestão da sua economia, ditados por organismos e mecanismos internacionais; b) a evolução dos meios de comunicação redireciona as lidas com o mundo, quando eventos internacionais são observados em tempo real, modificando assim, as percepções dos grupos sociais; c) a proliferação de culturas globalizadas em áreas urbanizadas; d) a máxima do pensar global e agir local é uma prática cotidiana; e) a mídia e os meios de comunicação transformam as noções de espaço e tempo; f) aspectos de riscos internacionais são explorados, como da poluição, no qual os Estados de forma isoladas não pode combater, demandando intervenções globais.

Santos (2000) reconhece a existência da globalização, mas ressalta seu lado perverso e maléfico. A pobreza, o desemprego, a perda da qualidade de vida e outros são aspectos comuns e crescentes na realidade internacional, derivadas na lógica capitalista da competitividade e hegemonia de algumas nações.

Em resumo, a globalização discute e se caracteriza tanto por aspectos econômicos na sua grande maioria, mas, também, por discussão histórica, institucional e cultural, como conclui Rochman (2003).

3. GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

A questão da globalização financeira é estudada em dois momentos históricos. O primeiro ocorrido entre 1870 a 1914 capitaneada pelo Reino Unido e o segundo a partir do final da década de 1970 até os dias atuais.

A globalização financeira entre 1870 a 1914, que engloba o final do século XIX até a Primeira Grande Guerra foi gerenciada por Londres, tendo no ouro o padrão de referência monetária e regimes liberais e de hegemonia, explicado pelo poderio do Reino Unido no comércio marítimo e militar, além de um forte e consistente sistema financeiro e bancário (Rochman, 2003).

O *padrão-ouro* determinava que todo o país necessitasse de ter uma relação fixa entre a moeda oficial e o ouro, que impunha aos Bancos Centrais das Nações manter uma reserva em ouro, evitando, assim, flutuações cambiais internacionais. Ainda, definiu parâmetros para os empréstimos internacionais e políticas de livre-comércio. O Reino Unido experimentou um substancial crescimento econômico por ser um modelo inspirador para outras Nações, sendo em casos, as reservas cambiais foram substituídas do ouro para libra esterlina. Rendendo, assim, superávits na conta corrente de aproximadamente 5,2% do PIB – Produto Interno Bruto, entre o período de 1870 a 1914. (Krugman e Obsfeld, 2000)

O segundo e atual momento da globalização financeira apresentou impulso histórico determinante entre os períodos de 1979 e 1987, quando ao Estados Unidos e Reino Unido

adotam fortes interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, com a desregulamentação e liberação das finanças internacionais. O período é caracterizado pela dominação financeira mundial dos EUA, produto da importância do dólar e dos mercados americanos de ações, como, ainda, pela constante manutenção de desigualdades de desenvolvimento entre os países centrais e periféricos. A problemática é potencializada pela falta expressiva de instituições de supervisão e controle dos fluxos financeiros internacionais e uma supremacia dos operadores financeiros sobre os mercados. (Chesnais, 1998).

Os déficits públicos dos países centrais, em especial do EUA à época, promoveram uma expressiva captação de recursos financeiros ao redor do mundo, objetivando a aquisição de títulos públicos nacionais, ocorrendo uma pulverização destes títulos americanos internacionalmente.

O enfrentamento dos déficits públicos pelos países centrais imputou um enxugamento de capitais e um fortalecimento das políticas monetárias. A partir de 1979, os países do G-5 (Eua, Reino Unido, França, Alemanha Ocidental e Japão) elegem prioritariamente o combate à inflação, deixando em segundo plano as políticas sociais do *welfare state*². São endurecidas as políticas econômicas, com adoção de fundamentos econômicos monetaristas, na qual a política monetária regula os aspectos macroeconômicos e priorizam a estabilidade monetária. Como, também, o modelo político é do liberalismo, restringindo ações do Estado na intervenção dos mercados e na economia nacional (Plihon, 1998).

Uma discussão presente na questão da globalização financeira é determinada pela indicação da falência dos Estados na conduta das finanças públicas. Por consequência, o surgimento do interesse privado do empresariado (emergente) e de uma nova burguesia urbana, conforme relata Machado (2000). Para o autor, a afirmativa direciona os aspectos da globalização econômica e financeira para os interesses de grandes e particulares atores econômicos (empresas multinacionais), aliados e associados aos grupos financeiros mundiais.

A explicação da perspectiva empresarial para globalização financeira é dividida em duas grandes vertentes, sendo: economia mundial internacional e economia mundial globalizada (Eiteman et. al, 2002). A economia mundial internacional entende que as economias nacionais são as partes centrais, tendo as empresas multinacionais os principais atores privados, que tenham suas bases de gerenciamento, formação de pessoal e operações nas Nações. De modo contrário, a economia mundial globalizada é o principal agente, suplantando às economias nacionais e determinando restrições aos agentes públicos e privados. As corporações transnacionais são os sujeitos privados, que não apresentam território fixo, instalando-se em Nações que possam apresentar maiores e melhores retornos financeiros.

Para Brigham et. al (2001), as empresas multinacionais buscam sua globalização pelos seguintes motivos: a) expansão de mercados, especialmente quando os mercados domésticos são saturados; b) busca de matéria-prima; c) aquisição de novas tecnologias, quando disponíveis em outras Nações; d) redução dos custos operacionais, que determinam melhoria na sua produtividade; e) busca de Nações que minimizam barreiras tributárias e alfandegárias incidentes no comércio exterior; f) equalização e diversificação para evitar momentos desfavoráveis em países que se encontram instaladas suas operações.

² *welfare state* ou Estado do bem-estar são políticas nacionais que priorizam os setores sociais, como: saúde, educação, habitação. As melhorias das condições sociais são centrais, em detrimento do desempenho das contas públicas nacionais e índices financeiros e monetários. Belluzzo (2003) esclarece que historicamente, a partir de relativas circunstâncias, é viável uma manutenção do equilíbrio entre duas contraditórias tendências da moderna sociedade: as acumulações capitalistas e o desejo da população de obter uma vida com dignidade, protegido das intempéries dos modelos econômicos.

De modo especial, a discussão sobre a globalização financeira remete para uma análise introdutória dos dois grandes organismos criados para regulamentação da economia internacional: FMI – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Em tese, os dois organismos surgiram com instrumentos reguladores da economia internacional, porém, como afirma Chossudovsky (1999) sua ação tem enfraquecendo substancialmente as ações dos Estados. Para o autor, tanto o Banco Mundial, como o FMI, promovem genocídio econômico, processos de *recolonização* e programas que beneficiam os agentes financeiros em detrimento as populações locais, com a derrocada das empresas locais, extinção dos programas sociais locais, enfraquecimento das instituições e políticas locais, como ainda, pelo aumento da pobreza e o “engessamento” das finanças públicas.

Rochman (2003) constata que a discussão sobre a globalização financeira é polarizada pela vertente de analistas que valorizam o aumento do comércio internacional e nacional, o aumento dos investimentos e das finanças internacionais, que ao seu turno possibilitam um desenvolvimento de todos e todas as localidades no mundo. No outro pólo, encontram-se aqueles analistas que não visualizam o aumento de recursos financeiros disponíveis, como um fator de melhoria das condições de vida no planeta. Pelo contrário, as aplicações financeiras realizadas por grandes agentes financeiros só iram aumentar os lucros daqueles que detém os recursos, em processos que oneram as populações e Nações periféricas ou em desenvolvimento. A discussão é acalorada, quando aqueles que concordam com as vantagens da globalização financeira, respondem aos opositores dessas vantagens, a partir de uma lógica capitalista da existência da liberdade de investir e de obter empréstimos. A discussão recai em posições ideológicas no que tange o papel do capital internacional e suas conseqüências com os fatores sociais das populações. A regulamentação dos fluxos de capitais internacionais é premente sob a ótica da preservação dos valores sociais e por uma melhor equalização das desigualdades regionais.

4. A IMPORTANCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – MPES

A importância das MPES no Brasil é atestada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do documento intitulado “As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil (2001), quando identifica o fenômeno da MPES como:

“ uma importante contribuição... no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de colchão amortecedor do desemprego” . Continua, “constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condições de desenvolver seu próprio negócio, e uma alternativa de emprego formal e informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte” (IBGE, 2003, 15 p.) .

Por outro lado, a importância do empreendedorismo e das MPES é discutida na pesquisa Global Entrepreneurship Monitor – GEM, criada em 1977 pelo Babson College – EUA e pela London Business School – Inglaterra que objetiva identificar e aprofundar os fatores interdependentes do nível de empreendedorismo e as condições de crescimento econômico e bem-estar social de um país. Na realidade, trata-se de um referencial central para compreender o fenômeno, não só do empreendedorismo, como também, da criação e desenvolvimento das pequenas empresas.

A metodologia GEM é dividida em três grupos para análises dos dados, sendo: a) entrevistas com amostra probabilística da população de adultos, na faixa etária entre 18 a 64 (faixa etária aceita internacionalmente por representar a força de trabalho) objetivando a determinação da Atividade Empreendedora Total (TEA); b) entrevistas com autoridades e especialistas envolvidos com empreendedorismo e representativos no campo empresarial; c)

pesquisas de dados secundários referentes a situação econômica e social (GEM, 2005). A Tabela 1 demonstra a amostra pesquisada e o número de especialistas consultados no período de 2003 a 2005

Tabela 1: Amostra e especialistas participantes da Pesquisa GEM – 2003 a 2005

	2003	2004	2005
Amostra da população	2.000	4.000	2.000
Especialistas	40	47	36

Fonte: GEM, 2003, 2004 e 2005

Ainda, a metodologia classifica os estágios dos negócios. Empreendedores iniciais, que são aqueles indivíduos com negócios até 42 meses (a literatura internacional reputa o tempo de 42 meses como referência para sobrevivência de um negócio), subdivididos em nascentes (negócios em fase de implantação e geradores de remuneração, por menos de três meses) e novos (negócios em pleno funcionamento e geradores de remuneração por no mínimo três meses). Por empreendedores estabelecidos são entendidos aqueles indivíduos com negócios com mais de 42 meses. Aspectos sobre a motivação para abertura de negócios são abordados pela pesquisa GEM, como empreendedores por oportunidade (motivos inerentes a percepção de mercado potencial) e empreendedores por necessidade (motivos inerentes a falta de alternativa para emprego e renda).

A pesquisa GEM demonstra que o Brasil entre 35 países pesquisados, se caracteriza como uma nação que mais cria negócios (GEM, 2005). A Tabela 2 apresenta os dados em serie histórica de 2001 a 2005

Tabela 2: TEA – Brasil, Período de 2001 a 2005

TEA	2001	2002	2003	2004	2005	Classificação
Empreendedores Iniciais	14,2 %	13,5%	12,9 %	13,5 %	11,3 %	7ª
Empreendedores Novos	5,0 %	8,5 %	6,9 %	8,9 %	8,2 %	Nd
Empreendedores Nascentes	9,2 %	5,7 %	6,5 %	5,0%	3,3 %	Nd
Empreendedores Estabelecidos	Nd	7,8 %	7,6 %	10,1 %	10,1 %	5ª

Fonte; GEM (2005)

A análise da Tabela 2 interpreta que os empreendedores iniciais apresentam uma tendência de diminuição ao longo da serie histórica, motivada pela diminuição dos empreendimentos nascentes, visto que os novos empreendedores têm TEA estável. Os empreendedores estabelecidos apresentam Atividade Empreendedora Total crescente a partir de 2003, e negócios maduros na ordem de 60% entre 10 a 15 anos de funcionamento, conforme dados de 2005.

O TEA sobre os fatores motivadores para empreender, o Brasil tem papel de destaque quanto aos empreendimentos por necessidade ao comparar com os restantes dos países pesquisados (Tabela 3)

Tabela 3: Motivação dos empreendedores – Brasil

TEA	2001	2002	2003	2004	2005	Classificação Em 2005
Necessidades	5,7 %	7,5%	5,5%	6,2 %	5,3	4^a
Oportunidade	8,5 %	5,8 %	6,9 %	7,0 %	6,0	15 a

Fonte: GEM 2004 e 2005

A questão do empreendedorismo e da MPes tem vínculos estreitos com a geração de empregos formais ou informais. Os dados de 2005 demonstram que do universo pesquisado 32 % destes não tem perspectiva de geração de empregos por um período de 5 anos. Ainda, 44 % têm expectativa de geração de 1 a 5 empregos e 24% de 6 a 20 empregos no mesmo período de 5 anos. O fato é preocupante, pois se o incentivo ao empreendedorismo e MPes forem entendidos como uma política pública de emprego. Porém, os dados consolidados de todos os países participantes da pesquisa GEM entre 2001 a 2005 demonstram que a geração intensiva de empregos dá-se naqueles países de maior renda média.

O período de 2002 a 2005 não apresentou mudanças significativas quanto ao ramo de atividade dos empreendedores. A pesquisa GEM classifica os ramos de negócio em: setor extrativista, setor de transformação, setor orientado para empresas e setor orientados aos consumidores. O Brasil empreende prioritariamente para ramos de negócio orientados para o consumidor, como: comércio (varejo e atacado); reparo de veículos, objetos pessoais e domésticos, alimentação, entre outros. Destaque para o setor de alimentação, com 27 % dos empreendedores iniciais e 20 % dos empreendedores estabelecidos. Este tipo de constatação estatística explica que os negócios criados são vinculados aos setores tradicionais da economia, com baixa inovação e reduzido investimento inicial. Também, os negócios orientados para o consumidor demandam menor formalização, capital e tecnologia quando comparados aos ramos de negocio orientados para empresas.

Nas edições dos relatórios executivos do GEM no período de 2002 a 2005 são recomendadas políticas públicas para o apoio ao empreendedorismo e MPes. A abaixo um resumo das recomendações:

- a. Apoio aos empreendedores por necessidade, em especial para obtenção de recursos financeiros no mercado formal;
- b. Adequação das instituições financeiras às demandas dos empreendedores, em especial para linhas de crédito (micro-crédito, Fundo de Aval e Capital de risco) e o estabelecimento de ações concretas de consultoria financeira;
- c. Incentivar os aspectos de criatividade nos empreendedores, pois no caso brasileiro os negócios são extremamente concentrados em poucas atividades, com alta concorrência e baixa inovação;
- d. Orientar os empreendedores para aberturas de negócios orientados para empresas, reconhecidamente de maior valor agregado;
- e. Introdução de modificações na legislação trabalhista, objetivando a redução da carga trabalhista e incentivando a expansão da contratação de mão-de-obra formal e aumento do quantitativo de indivíduos protegidos pelos direitos trabalhistas;
- f. Implantação em todos os níveis educacionais de conteúdos para o desenvolvimento do espírito empreendedor;
- g. As instituições de ensino (públicas e privadas) devem adotar metodologias de Ensino a Distância – EAD para capacitação virtual de empreendedores, pela abrangência do método e do relativo custo do projeto;

Tálamo (2001) ao expor sobre as vantagens competitivas das empresas apresenta uma correlação entre o seu porte e faturamento. Para o autor, ainda, a manutenção e o aumento da competitividade é função direta no grau de inovação, causada pela capacidade de mobilização de conhecimento e tecnologia; novos produtos; novos processos, entre outros. A partir dessas

afirmativas Olave e Amato Neto (2005) reputam a importância das MPEs pelas suas características, como: a) nas MPEs os proprietários ou sócios-gerentes mantêm um grande controle sobre as decisões estratégicas e uma proximidade com os seus mercados, conseguindo assim, respostas mais rápidas às mudanças no ambiente, bem como inovações em seus produtos e processos; b) as MPEs também proporcionam adaptações dos seus produtos aos costumes, interesses e tradições da região; c) a proximidade entre proprietários ou sócios-gerentes com os seus funcionários nas MPEs facilita a obtenção de conhecimento da situação da empresa, servindo como fator de motivação e incentivo para melhor execução do trabalho; d) em vários casos, as MPEs produzem ou prestam serviços às grandes empresas, que por sua vez transferem conhecimento e capacitação, melhorando assim, o nível de competitividade nas MPEs.

5. Globalização e as Micro e Pequenas Empresas - MPES

A globalização tem efeitos drásticos para as MPEs, como afirmam Casarotto Filho e Pires (2001) ao introduzir as discussões sobre globalização e competitividade no livro *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*. Os autores mencionando Thurow (1997)³ que explica a existência de cinco forças econômicas que formatam o mundo político e econômico: a) o fim dos regimes de governo totalitários; b) a era da inteligência humana e das mudanças tecnológicas; c) demografia modificada pelas novas nações; d) uma economia globalizada; e) fim da dominação econômica, política ou militar por qualquer nação.

Para Casarotto Filho e Pires (2001) a globalização é um fenômeno social irreversível que trás no seu rastro um elenco de ajustes financeiros nas empresas e nas políticas pública, como: diminuição dos salários dos empregados, redução das políticas de assistência social, diminuição dos custos em geral, objetivando o aumento da competição empresarial. Os autores dão destaque central para as questões do nível de empregos nas empresas, pois a globalização possibilita o surgimento de concorrentes em qualquer parte do mundo, que poderá produzir com qualidade melhor e mais barato. Ou aquelas empresas que não conseguem acompanhar as mudanças de mercado e tecnologia, sucumbindo-se, fechando e promovendo uma massa de trabalhadores desempregados.

A globalização desprotege em escala superior, tanto as empresas, nas fundamentalmente as populações. Duas questões são necessárias serem respondidas. Como competir globalmente e garantir o nível de emprego e qualidade de vida? O governo ao retirar-se de várias funções sociais e econômicas, quais os mecanismos ou órgãos assumiram essas prerrogativas?

Casarotto Filho e Pires (2001), respondem as questões apropriando do exemplo da região da Emilia Romagna, Itália, considerada uma das maiores regiões mundiais de empreendedores, com mais de 300 mil empresas para quatro milhões de habitantes. Na região italiana a globalização da economia é enfrentada a partir de estratégias de regionalização e de sistemas econômicos locais competitivos, associados aos interesses sociais das populações.

A proposta central é a constituição de aglomerados regionais e locais de MPEs para melhoria da competitividade em ambiente regional social, com descentralização política e alto nível de cooperação entre as empresas. Casarotto Filho e Pires (2001) apresentam uma pitoresca equação, quando competitividade + cooperação = qualidade de vida, justificada por fatores de conhecimento local, experiência, relacionamento comunitário, sistema de logística, aporte financeiro, entre outros.

³ Thurow, Lester C. O futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Boaventura de Sousa Santos, autor português e crítico da globalização, expõe suas teses ao discutir a polaridade da globalização hegemônica e contra-hegemônica. Para o autor existe um debate consistente sobre a existência de uma única ou de diversas globalizações. Para um número substantivo de autores, só existe uma única globalização, a globalização capitalista neoliberal. Ao assumir uma postura unificada da discussão de hegemonia, a proposta da contra-hegemonia fica comprometida, pois a maioria da população mundial convive em economias tradicionais, em situações de pobreza e daqueles que foram empobrecidos pelas políticas econômicas neoliberais.

Santos (2002) apresenta como alternativa para o protecionismo da globalização neoliberal a adoção de mecanismos de promoção das economias locais e comunitárias e economias de pequenas escala. Enfatiza o autor, em uma economia e culturas *desterritorializadas* promovidas pela globalização, o surgimento de sistemas que resgatem os territórios, o sentido de lugar e comunidade, ações e atividades produtivas de proximidade, poderão ser auto-sustentáveis, mesmo associadas às forças externas, sem contudo em relações de submissão.

As iniciativas locais não se caracterizam em relações de fechamento ou isolamento. Mas, fundamentalmente em medidas de proteção contra as investidas predatórias da globalização neoliberal. Reputado por Santos (2002) como novo protecionismo para uma economia global, desvinculada do velho protecionismo tradicional, visando em última instância, uma tática de proteção das comunidades locais contra as investidas das empresas multinacionais e do sistema financeiro internacional, contra a capacidade local de sustentação, preservação do meio ambiente e adoção de políticas sociais. O paradigma da localização não contesta ou apresenta resistência às tendências globais e translocais, porém, resgata de forma inequívocas, múltiplas iniciativas locais e em pequenas escalas contra-hegemônicas.

Delgado (2000) aborda as questões da globalização e as MPEs, inicialmente explicando que o modelo *fordista* de produção aplicado em grandes concentrações urbanas e industriais, que foi implantado no pós-guerra, dependia do crescimento dos salários para manter os altos níveis de produção e consumo. Porém, os salários não poderiam continuar crescendo, sob pena do comprometimento dos lucros empresariais e por consequência os repasses dos lucros ao preço dos produtos e serviços. A partir da década de 70, a ordem foi desenvolver um novo modelo de produção, que se beneficia a flexibilização, contrapondo o modelo *fordista* rígido dos processos produtivos, as formas de ocupação da força de trabalho, entre outros.

Continua Delgado (2000), o novo modelo de produção para enfrentar os novos tempos, utilizou-se de tecnologias desenvolvidas no pós-guerra (automação e robótica). Em especial, o modelo produtivo da EUA foi substituído pelo modelo japonês caracterizado pela produção enxuta, aplicação intensiva de equipamentos e máquinas, processos gerenciais e de engenharia que eliminam níveis organizacionais hierarquizados, quando gerentes, supervisores e operadores ficam face-a-face para tomadas de decisão. O novo método intitulado de *toyotismo*, ao fazer uma referência a empresa japonesa Toyota, proporcionava tempos reduzidos entre o desenvolvimento dos projetos e sua operacionalização, redução do esforço da mão-de-obra, espaços reduzidos, estoques mínimos, entre outros, como forma de melhoria de competitividade e produtividade. Além, de atender as exigências impostas pelo mercado consumidor e pelas mudanças tecnológicas.

As empresas multinacionais iniciam um amplo e constante processo de contratação das médias e MPEs de inúmeras atividades, como: concepção de produtos, pesquisa e desenvolvimento, produção de componentes, segurança, alimentação e limpeza. Tal procedimento gerencial intitulado de terceirização liberava as empresas contratantes para

centralização das ações estratégicas e reduzindo suas onerosas rotinas burocráticas e as despesas com encargos sociais, por exemplo.

A produção flexível vem transformando espaços e criando novas geografias, à medida que ocorrem redistribuições dos investimentos de capital produtivo e especulativo e, conseqüentemente, redistribuição espacial do trabalho. Numerosas empresas se transferiram das tradicionais concentrações urbanas e regiões industriais congestionadas, poluídas e sindicalizadas, para novas áreas. Surgindo novos complexos de produção e complexos científicos produtivos, ligados a universidades e centros de pesquisa onde as inovações são constantes (Delgado, 2000).

Os casos do Vale do Silício (Silicon Valley), na Califórnia, cujo modelo se difundiu por vários países, ou da região industrial de Frankfurt, na Alemanha, ou ainda daquelas que procuram sair de uma situação de estagnação, como no caso da região de Turim, na Itália, ou de Lyon, na França são exemplos mundiais das possibilidades para as MPEs em decorrência das vantagens da globalização.

Depoimento que corrobora a tese da desverticalização e flexibilização dos processos produtivos nas organizações industriais, que rompem com os tradicionais modelos *fordista* é apresentado por Lucchi⁴, ao introduzir o livro de Casarotto e Pires - Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local, ao sinalizar para possíveis nichos de negócios para médias e pequenas empresas no mercado mundial, utilizando-se de estratégias de redes organizacionais.

Dolabela (2003) por sua vez, ao referenciar-se ao processo de globalização e a necessidade de uma educação empreendedora, explicam que por vezes, o empreendedorismo e as MPEs são associados às políticas de combate ao desemprego, decorrentes das profundas transformações do mercado de trabalho. Afirmam ainda este autor, que apesar da relação ser uma conseqüência, não necessariamente, é causal. Mais que uma resposta à retração do mercado do trabalho e nível de emprego geral, o empreendedorismo e as MPEs dizem respeito diretamente aos novos padrões estabelecidos nas relações sociais, políticas e de mercado. Sua tese é estabelecida pelo aumento dos fatores de transferência de informação e do ritmo de inovação no mercado globalizado, segundo os novos padrões de formas não hierarquizadas de concepção e organização da sociedade; distribuição do conhecimento; inovação intensa e permanente e incentivo à imaginação criativa de pessoas e grupos. Tal proposta é ratificada por Bassi (2000)⁵ apud Dolabela (2003), ao afirmar que o mercado globalizado é refletido pelo crescimento do comércio internacional apoiado pela inovação tecnológica e pelas informações globais em tempo real, quando vinculado ao desenvolvimento de produto, serviço, mercados, propaganda, distribuição e outros fatores.

Neste contexto competitivo e global é natural a retração estrutural e organizacional das grandes corporações nacionais e transnacionais, objetivando torná-las mais ágeis e centradas no seu negócio principal. O presente cenário criou espaço para abertura de inúmeras empresas para oferecimento de partes do processo produtivo, pesquisas, componentes ou serviços auxiliares. Nele, as MPEs, universo dos empreendedores, sinalizam para uma nova dimensão, pautadas pela competitividade, pela flexibilidade, pelo potencial complementar das grandes corporações e pela potencial de geração de empregos. Desta forma, as MPEs podem ser encaradas como instrumentos para minimização problemas de desenvolvimento econômico e social, nos três níveis governamentais.

⁴ Gabrio Casadei Lucchi, Presidente do Centúria – Parque Científico e Tecnológico Agroindustrial de Cesana, Itália.

⁵ Bassi, Eduardo. Empresas locais e globalização. Guia de Oportunidades estratégicas para o dirigente nacional. São Paulo: Cultura, 2000.

6. Conclusões

A globalização em seus múltiplos conceitos e paradigmas interpretativos é um fenômeno fortemente vinculado aos aspectos econômicos, mas que encerra discussões de cunho históricos, institucionais e culturais. Fenômeno este, que demonstra uma plêiade variada de tendências configurada pela polarização entre a sua defesa veemente, como única oportunidade de crescimento dos países ao posicionamento de refutação incondicional do movimento como indutor ao desenvolvimento econômico, e principalmente social e cultural dos países. Porém, ainda, existem aqueles que objetivam contemporizar o radicalismo na discussão, a partir de análise dos seus pontos fortes e fracos para potencializar e resolver as querelas das imposições das forças econômicas e das políticas internacionais colocadas para os países em processo de desenvolvimento.

O quadro configurado contempla a discussão das Micro e Pequenas Empresas – MPEs, inicialmente pela sua importância na economia nas nações, especialmente no Brasil, reconhecido como um país empreendedor a partir dos estudos da Global Entrepreneurship Monitor – GEM (Babson College – EUA e London Business School – Inglaterra). Tão importante e oportuno são as discussões sobre os efeitos da globalização neste segmento de empresas, quando promovem uma desvantagem competitiva frente às grandes corporações, notadamente alavancadas por robustos aportes financeiros e tecnológicos. Porém, o fenômeno da globalização diametralmente descortina melhores horizontes para MPEs, como aglomerados produtivos locais, regionalização dos mercados, estruturação de negócios produto da terceirização das grandes corporações, rompimento do tradicional modelo *fordista* para um modelo de flexibilização da produção, gerando assim, possíveis nichos para às MPEs, entre outros fatores.

Enfim, a globalização é um fenômeno que veio para ficar, porém não podendo ser analisada e discutida em único viés, ou mesmo de modo apaixonado e radical. A efetiva contribuição dos pesquisadores, acadêmicos e do setor empresarial demanda, indiscutivelmente, posições concretas e conciliatórias, buscando potencializar seus benefícios, e minimizar suas mazelas.

7. Referencia

BRIGHAM, E.F., GAPENSKI, L. e EHRHARDT, M. Administração Financeira: teoria e pratica. São Paulo:Atlas,2001.

CASAROTTO FILHO, N; PIRES, L. H.. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local.** São Paulo: Atlas, 2001

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: Gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Moderna, 1999.

DELGADO, Nelson Giordano. **O Regime de Bretton Woods para o Comércio Mundial: Origens, Instituições e Significado.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Tese de Doutorado, 2000.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora.** São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

EITEMAN, D. K.; STONEHILL, A.I. e MOFFET, M. **Administração Financeira Internacional.** São Paulo: Bookman, 2002

- GEM - Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**, Relatório Global, 2002
- GEM - Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**, Relatório no Brasil, 2003
- GEM - Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**, Sumário Executivo 2004
- GEM - Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**, Relatório Executivo, 2005
- HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalization in question: The international economy and the possibilities of governance**. Cambridge: Polity Press, 2000
- IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil – 2001**, Rio de Janeiro, 2003
- KRUGMAN, P. e OBSTFELD, M. **Economia internacional: Teoria e Prática**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- MACHADO, L. T. Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos XIX e XX: Mito e realidade das doutrinas políticas. São Paulo: Mandacaru, CPC-UMES, 2000.
- MAGNOLI, D. **Globalização: Estado nacional e espaço mundial**. São Paulo: Moderna, 1997
- PLIHON, D. **Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano**. In: Chesnais F. A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998
- ROCHMAN, Alexandre Ratner. **Globalização: uma introdução**. São Paulo: Desatino, 2003.
- ROMERO, A. **Globalizacion y Pobreza**. Ediciones Unariño, 2004
- SANTOS, Boaventura Sousa. **Os processos de globalização In Fatalidades ou Utopia?** Porto: Edições Afrontamento, 2ª. Ed., 2002, pp 31-206
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SMITH, S. e BAYLIS, J. **The globalization of world politics: An introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 1999
- STIGLITZ, J. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios sociais**. São Paulo: Editora Futura, 2002 .
- TÁLAMO, J. R. **Inovação tecnológica em pequenas e médias empresas do setor eletrônico. Dissertação de Mestrado – Escola Politécnica – USP, 2001**.
- THOMPSON, G. F. **O Reino Unido e o Brasil no processo de globalização**. In: Guimarães, S. P. (Org). Desafios Reino Unido e Brasil. Brasília: Ipri, 1998.
- URANI, A. **Criação de um ambiente favorável aos micro e pequenos negócios e ao desenvolvimento**. IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Disponível em: <www.iets.inf.br>. Acesso em: 26 abr. 2005.
- VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Recordo, 2000.

